



## IDALINA GONÇALVES: PALAVRAS E MÚSICA

Alfabetização com arte, com impacto no aprendizado e na educação.  
Por Paulo Alonso, **página 2**



## SALAS DE ESPERA IGUAIS PARA TODOS

Lei proíbe diferenciação entre SUS e convênios. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**



## O DRAMA DAS DROGAS NA FRANÇA

Aumento do consumo leva a construção de presídio de segurança máxima.  
Por Bayard Boiteux, **página 3**

## Lula avisa: se Trump taxar, haverá reciprocidade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta quinta-feira que se o presidente dos EUA, Donald Trump, impuser tarifas sobre produtos brasileiros, ele responderá na mesma moeda, mas espera manter uma relação de civilidade e respeito.

“Quero respeitar os Estados Unidos e quero que Trump respeite o Brasil, só isso”, disse Lula em entrevista coletiva no Palácio do Planalto. “É muito simples. Se ele taxar os produtos brasileiros, haverá reciprocidade do Brasil. Não há dificuldade. Eu governei o Brasil sob presidentes republicanos e democratas. Minha relação é sempre a mesma: a de um Estado soberano com outro Estado soberano.”

O presidente brasileiro disse que algumas pessoas superestimam as relações comerciais entre os dois países, mas ele espera mantê-las ou até mesmo aumentá-las em relação aos Estados Unidos. Em 2024, o Brasil teve um pequeno déficit comercial (US\$ 253 milhões) com os Estados Unidos, exportando US\$ 40,33 bilhões e importando US\$ 40,583 bilhões, tornando a nação norte-americana seu segundo parceiro comercial depois da China, segundo dados oficiais.

Levantamento da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil) mostra que as exportações brasileiras para os EUA em 2024 bateram recorde, com uma elevação de 9,2% sobre o ano anterior.

Questionado se pretende buscar contato direto com Trump, o presidente brasileiro disse que, por enquanto, não há interesse de nenhuma das partes.

Ainda na campanha eleitoral, Donald Trump ameaçou aumentar impostos de importação de produtos vindos da China, México, Canadá e outros países que, segundo ele, contrariassem ou prejudicassem os EUA. Essa ameaça foi usada contra a Colômbia na questão da deportação de imigrantes.

O presidente brasileiro também abordou o tema da economia e da inflação, mencionando que o que precisa ser feito é aumentar a produção.

A coletiva de imprensa, que não teve um tema específico anunciado com antecedência, marcou uma mudança na estratégia de comunicação, depois que Sidônio Palmeira assumiu a chefia da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

## Brasil fecha 2024 com criação de 1,7 mi de empregos com carteira

### Houve uma alta de 16,5% em relação a 2023

**O** Brasil fechou 2024 com um saldo positivo de 1,69 milhão de empregos formais com carteira assinada. O número representa um crescimento no ano de 16,5% em relação ao período de janeiro e dezembro de 2023, quando o saldo ficou positivo em 1,45 milhão de empregos. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado nesta quinta-feira pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O saldo positivo de 2024 foi resultado de 25,56 milhões de contratações e 23,87 milhões de desligamentos. O estoque de vínculos celetistas ativos contabilizou 47,21 milhões de vínculos em dezembro, uma variação de 3,7% em relação ao estoque do ano anterior, quando foram contabilizados

45,51 milhões de vínculos. No acumulado de dois anos, 2023 e 2024, o saldo de empregos no país foi positivo em 3,14 milhões de empregos.

Todos os cinco grandes segmentos da economia tiveram saldo positivo em 2024. O setor de serviços foi o que mais empregou em 2024, com 929 mil empregos gerados. Na sequência vem o comércio, com 336,11 mil novas vagas; a indústria, com 306,88 mil; na construção civil o saldo foi de 110,92 mil empregos; e, na agropecuária, foram gerados 10,8 mil empregos.

O resultado também foi positivo no ano passado em todas as 27 unidades da Federação, com destaque para São Paulo, com 459,37 mil empregos gerados; Rio de Janeiro, com 145,54 mil; e Minas Gerais, com 139,5 mil empregos.

Os dados do Caged mostram que as mulheres ocuparam a maioria das novas vagas (898,68 mil), enquanto os homens ficaram com 794,99 mil vagas.

O salário médio real de admissão ficou em R\$ 2,17 mil, com aumento de R\$ 55,02 (2,59%) em comparação com o valor do mesmo período de 2023 (R\$ 2,12 mil). Para os trabalhadores considerados típicos o salário real de admissão foi R\$ 2,21 mil (1,5%, mais elevado que o valor médio, enquanto para os trabalhadores não típicos R\$ 1,94 mil (10,8%, menor que o valor médio).

Apesar do resultado positivo no ano, o saldo em dezembro apresentou uma redução de 535,54 mil de empregos, queda 1,12%. A redução é normal nos meses de dezembro.

Li Jianguo/Xinhua



## Economia dos EUA mostra sinais de desaceleração ao final de 2024

### Trump pode tentar forçar queda nos juros

**O** Produto Interno Bruto (PIB, indicador da economia de um país) dos Estados Unidos cresceu a uma taxa anualizada de 2,3% no quarto trimestre, segundo o Departamento de Comércio. Foi uma forte desaceleração frente ao trimestre anterior, quando a economia cresceu 3,1%. Em 2024, o PIB dos EUA cresceu 2,8%, pouco abaixo de 2023 (2,9%).

“Ao mesmo tempo, o índice de preços do PIB acelerou para 2,2%, acima dos 1,9% anteriores, mas ainda aquém dos 2,5% esperados pelo mercado. Esse quadro reforça o dilema do Fed

[Federal reserve, o Banco Central]: a atividade enfraquece, mas a inflação segue resiliente. Embora os dados não pressionem o Fed imediatamente por aumento de juros, também não sustentam novos cortes no curto prazo, sugerindo que a política monetária permanecerá estável por mais tempo nos EUA”, opina Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike.

Para João Kepler, CEO da Equity Fund Group, o crescimento do PIB dos EUA no quarto trimestre de 2024, abaixo da previsão do mercado, “reforça os sinais de desaceleração econômica,

especialmente em meio a uma política monetária restritiva e ao enfraquecimento do consumo interno”.

Em relação ao Brasil, Kepler acredita que a manutenção das taxas de juros norte-americanas pode ser benéfica ao atrair fluxo de capital estrangeiro, “mas o cenário requer cautela, pois qualquer mudança inesperada nos dados americanos pode redirecionar os fluxos globais, afetando o câmbio e os investimentos externos no país. Além disso, há a possibilidade de Trump tentar interferir e pressionar nas decisões sobre os juros do Fed”, alerta.

## Inflação do aluguel desacelera para 0,27%

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), conhecido como a inflação do aluguel, avançou 0,27% em janeiro, mas desacelerou em relação a dezembro, quando registrou alta de 0,94%. Com esse resultado, o índice acumula alta de 6,75% nos últimos 12 meses. Em janeiro de 2024, o IGP-M subiu 0,07%, porém ainda registrava queda acumulada de 3,32% em 12 meses. O resultado foi divulgado nesta quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

“Em janeiro de 2025, a inflação ao produtor desacelerou devido à queda nos preços da soja, do gado bovino e suíno. No varejo, a inflação permaneceu contida, já que a alta dos alimentos foi compensada pela redução no preço da energia. Na construção civil, no entanto, os reajustes salariais sustentaram a aceleração da inflação interanual do setor”, explica André Braz, economista do Ibre.

Em janeiro, a taxa do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) desacelerou para 0,24%, registrando recuo significativo em relação ao avanço de 1,21% observado em dezembro. Segundo a FGV, em janeiro, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou taxa de 0,14%, apresentando ligeira aceleração em relação ao mês anterior, quando o índice subiu 0,12%. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou alta de 0,71%, taxa superior à observada em dezembro, de 0,51%.

### COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,9057
Dólar Turismo	R\$ 6,1080
Euro	R\$ 6,1602
Iuan	R\$ 0,8183
Ouro (gr)	R\$ 535,05

### ÍNDICES

IGP-M	0,27% (janeiro)
	0,94% (dezembro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

# Idalina Gonçalves: palavras, música e arte

Por Paulo Alonso

Um livro nos faz viajar sem sair do lugar. Ele nos transporta para mundos mágicos e nos permite viver inúmeras vidas em uma só. E como dizia o mestre Rubem Alves, “um livro é um brinquedo feito com letras. Ler é brincar”. E muitos ainda não compreenderam como toda a vida de um homem pode ser mudada por um único livro. Ler é fundamental para a melhor compreensão de tudo o que nos cerca, para que horizontes sejam descobertos. *Aprender palavras, música e arte*, da escritora Idalina Andrade Gonçalves, editado pela Parthenon, é um tesouro precioso, recém-lançado, e digna herança para gerações e nações. Nas suas 131 páginas, a autora apresenta uma reflexão sobre determinado processo de alfabetização: o aprendizado com música; assim como o impacto avaliativo e pedagógicos na escola.

O texto remete à época em que a autora era professora de pintura em porcelana e tinha, em sua turma, duas alunas com dificuldades auditiva e linguística. A música suave, a pintura, os pincéis foram o elemento fundamental na aproximação professora, alunas e o grupo, gerando um encontro profundo, no aprendizado com arte.

As notas musicais, de acordo com Idalina, possuem significantes próprios, que podem facilitar

o aprendizado, a memorização, a competência e a criatividade que determinará a eficiência e o sucesso à qual se propôs a fazer em sua delicada pesquisa, favorecendo uma nova forma de avaliação por dispor de informações verbais e neurológicas, em sua proposta de avaliação.

Idalina reflete que aprender é entender essa relação durante o processo de diferentes sons e letras na alfabetização, que poderá transformar a escrita em conhecimento para o aluno e avaliação, contando sempre com o olhar analítico; a percepção pedagógica do conhecimento do professor, na avaliação escolar.

Para a autora, torna-se difícil reconstituir todos os processos de raciocínio, compreensão, memorização e aprendizagem, a partir do que foi dito ou apresentado ao aluno, portanto, nem todo o trabalho se traduz em condutas observáveis de interpretação.

O texto do livro é sabroso, e escrito com uma metodologia que favorece o entendimento das várias questões abordadas, em linguagem simples, mas, ao mesmo tempo, repleta de conteúdo. O leitor vai percebendo, por exemplo, que a linguagem só desabrocha na linguística comunicativa por estar desenvolvida no conhecimento e na natureza básica experimental em sua primeira fase; portanto, trabalhada em contextos escolares e na própria sociedade.

É sabido que uma das funções primordiais da

música é o impacto devido à sua natureza estética indefinida, ou simplesmente sonora. Na realidade, a música é o sol que ilumina a mente, com suas formações tendo como componente a natureza polissêmica, que poderá descobrir áreas do inconsciente, ainda desconhecidas do ser humano, agregando assim o conhecimento, com o pensamento reflexivo, que irá contribuir com os métodos e categorias de avaliação com as quais a experiência é significativa e prazerosa aumentará os novos conhecimentos. Não há ensino sem pesquisa, e pesquisa sem o valor – conhecimento.

O filósofo Edgar Morin é citado na obra, com uma frase lapidar: “A educação deve ser um despertar para a filosofia, a literatura, a música, para as artes. É isso que preenche a vida. Esse é o seu verdadeiro papel.” E a obra de Idalina vai caminhando pelo aprendizado, pelas palavras, pela música e pela arte, despertando curiosidade no leitor mais atento e grandes descobertas.

Como escreve o acadêmico Arnaldo Niskier, da Academia Brasileira de Letras, no prefácio que assina, “Idalina é uma aficcionada do aprendizado com arte, em um país onde as carências educacionais são bastante acentuadas. Os nossos números, na educação, não são nada amimadores.” Ele ressalta que a autora fez um curso de Musicoterapia e depois dedicou-se à alfabetização com música, na Universidade do Estado

do Rio de Janeiro, além do trabalho sobre avaliação-alfabetização.

Niskier concorda com a escritora na chamada Pedagogia Musical, perfilada na tese da autora de que a música pode ajudar, e muito, na valorização do ensino brasileiro, destacando a intensa originalidade desse livro.

O acadêmico diz que, em um dado momento, na altura da página 77, a professora Idalina lembra um pensamento que ele formulou em seu livro *Apocalipse pedagógico*, de 2007: “O professor não é mais o único detentor do poder... O papel do professor mudou. Além da preocupação com conteúdos, ele tem por obrigação educar cidadãos capazes de pensar, criticar e construir as suas próprias vidas, numa sociedade cada vez mais complexa.”

Já a médica pediatra, professora da Universidade Federal Fluminense e Presidente da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, Selma Dantas Teixeira Sampaio, ressalta, na contracapa do livro, que “falar sobre educação infantil é incentivar a música na vida das nossas crianças. O aprendizado torna a chama da infância na alegria do mundo incentivando a arte de pensar, de ouvir, de cantar e de ser capaz de manter a mente aberta para essa sintonia da arte e do conhecimento.” Ela acrescenta que “a obra de Idalina é maravilhosa, inovadora e incentivadora, deve ser divulgada nas escolas, e bibliotecas massageando o coração e o cérebro de nossas crianças

para a música e cultura.”

Lembrando Jorge Luis Borges, “há aqueles que não podem imaginar o mundo sem pássaros; há aqueles que não podem imaginar o mundo sem água; ao que me refere, sou incapaz de imaginar um mundo sem livros”. A obra de Idalina é poética, reveladora e prazerosa, lembra até Stephen King, quando cunhou uma bela frase “livros são uma magia singularmente portátil.”

Idalina Andrade Gonçalves é portuguesa dos Açores e escolheu o Rio de Janeiro para viver há anos. Tem se revelado não somente uma professora atenta, mas uma educadora-pesquisadora atuante, sempre na construção de novas filosofias educacionais. Além de licenciada em Psicomotricidade e biomédicina, é artista plástica, ensaísta e poeta. Pertence ao Real Gabinete Português de Leitura, à Associação das Jornalistas Escritoras, Rio de Janeiro; membro consultivo do Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro; além de titular da Academia Luso-Brasileira de Letras; da Academia Brasileira de Literatura e da Sociedade Eça de Queiroz.

Autora de várias obras, dentre elas, *Coimbra século XIX, O caminho nos unes* e *Conversas da Diáspora: 50 açorianos pelo Mundo*, Idalina, assim como Franz Kafka, acredita que “um livro deve ser o machado que quebra o mar gelado em nós.”

Os livros não mudam o mundo, mas são capazes de mudar as pessoas, as pessoas mudam o mundo.

Daí a importância da leitura de forma permanente, para que, a partir dela e com o conhecimento apreendido, todos, juntos, possamos mudar as pessoas e, consequentemente, construirmos um mundo mais justo, ética, com igualdade social e mais civilizado e plural. Como pregava Monteiro Lobato, o genial escritor de literatura infanto-juvenil, “um país se faz com homens e livros.”

Essa obra da professora Idalina Gonçalves é absolutamente importante para o repensar da educação; para a adoção de um novo aprendizado, ancorado na música e na arte, e, sobretudo, para reflexões sobre o desenvolvimento sensorial das crianças. Revela-se, assim, preponderante para que acadêmicos das licenciaturas, em especial, a leiam e absorvam todo o conhecimento nela apresentado. Trata-se, sem dúvida, de uma leitura primorosa e especial, nos dias em que vivemos – turbulentos e sem respeito aos valores humanos.

Em 1849, Henry David Thoreau, em *A desobediência civil*, escreveu que “muitos homens iniciaram uma nova era na sua vida a partir da leitura de um livro”. Iniciemos, pois, uma nova era na educação das nossas crianças, atentos aos preceitos e convicções escritas e descritas e consideradas pela ilustre escritora Idalina Andrade Gonçalves. Um livro raro e definitivo nesse contexto literário.

Paulo Alonso,  
jornalista, é reitor da  
Universidade Santa Úrsula.

## A condução do pensamento: asas ou algemas?

Por Paiva Netto

Tradição popular ensina que “pensamento é força”. Logo, caros amigos que me leem com atenção: mentalizemos a todo instante o melhor possível, isto é, o Bem para os outros e para nós. As benéficas consequências, se tivermos sempre bom ânimo, serão patentes, na medida em

que nos sentiremos fortalecidos pela Divina Autoridade de Jesus, que jamais esmoreceu diante das provações e nos inspira a vencê-las com Ele.

Em *Nos Domínios da Mediuvidade*, o Espírito André Luiz, por intermédio do sensitivo Chico Xavier (1910-2002), registra valioso esclarecimento de um mentor espiritual a respeito da importância de

educarmos nossa mente em conformidade com a senda correta do Amor de Deus:

“Vigiemos o pensamento, purificando-o no trabalho incessante do bem, para que arrojemos de nós a grilheta capaz de acorrentar-nos a obscuros processos de vida inferior. / “É da forja viva da ideia que saem as asas dos anjos e as algemas dos condena-

dos. (...) / “Meus amigos, crede!... / “O pensamento puro e operante é a força que nos arroja do ódio ao amor, da dor à alegria, da Terra ao Céu... / “Procuremos a consciência de Jesus para que a nossa consciência Lhe retrate a perfeição e a beleza!... / “Saibamos refletir-Lhe a glória e o amor, a fim de que a luz celeste se espelhe sobre as almas, como o

esplendor solar se estende sobre o mundo”.

Que assim seja! Por isso, na Religião de Deus, do Cristo e do Espírito Santo, cultivamos a Sintonia Tríplice com Jesus: a do Bom Pensamento, da Boa Palavra e da Boa Ação.

O piloto e escritor francês Antoine de Saint-Exupéry (1900-1944) avisou a quem o quisesse escutar: “Tu és

eternamente responsável por aquilo que cativas”. Essas palavras do autor de *O Pequeno Príncipe* são um sério alerta aos sedutores irresponsáveis. Diante disso, só um louco fará a sementeira do mal, de que desesperadamente se arrependerá depois.

José de Paiva Netto  
é jornalista,  
radialista e escritor.

# Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A  
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.  
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001  
São Paulo - SP - Brasil  
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável  
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial  
Adhemar Mineiro  
José Carlos de Assis  
Maurício Dias David  
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à  
**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:  
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912  
monitormercantil.com.br  
twitter.com/sigaomonitor  
redacao@monitormercantil.com.br  
publicidade@monitor.inf.br  
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura  
Mensal: R\$ 180,00  
Plano anual: 12 x R\$ 40,00  
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



ASSOCIAÇÃO DOS  
EMBAIXADORES  
DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO

AMIGO DO RIO

www.embaixadoresdorio.com.br

NOVOS  
TEMPOSBayard Do Coutto Boiteux  
professorbayardturismo@gmail.com

## Drogas na França

Com um preocupante aumento do consumo de drogas na França, mais de 1 milhão de franceses fizeram uso de cocaína em 2024, 750 mil de ecstasy, e 900 mil são usuários diários de cannabis. O governo acaba de aprovar uma jurisdição anticriminal e a possível construção de um presídio de segurança máxima. Há locais onde a polícia tem cada vez mais dificuldade para entrar.

## Nhoque da fortuna

Os restaurantes Fratelli Leblon e Barra se apresentam como a melhor opção para o nhoque mensal da fortuna. O primeiro do ano, na Zona Sul do Rio, reuniu um grupo de embaixadores do turismo do RJ.

## Novo espaço de entretenimento

Alberto Sabino acaba de criar um novo produto de entretenimento na Lagoa, no Rio. O Atelier e Club vai oferecer encontros fechados, que abordarão o saber viver e o saber fazer, para pequenos grupos, com bebidas e comidinhas.

## Deportações inadequadas

Embora as deportações sejam comuns nos EUA desde Obama, para o Brasil, a última deixou a desejar pela falta efetiva de serviço de bordo, proibição de ir ao banheiro, falta de ar-condicionado e baixa qualidade do avião. Um acordo se faz necessário para disciplinar o modus operandi de tais expulsões, garantindo um mínimo de dignidade.

## Convite

Ao receber um convite pessoal e intransferível, não peça para levar um convidado. Em eventos de cunho social, envie sempre convites para o casal. Fiquem as dicas.

## Itamaraty em foco

Com um dos quadros mais qualificados do mundo, o Itamaraty está sendo colocado em segundo plano nas grandes discussões internacionais. O modelo personalista adotado por Lula deveria ser reavaliado, assim como o fortalecimento das chefias intermediárias.

## República Democrática do Congo em crise

A situação na RDC é preocupante, em função do apoio de Ruanda, país vizinho, ao movimento M23, um grupo de rebelião armada. As embaixadas em Kinshasa foram invadidas e até saqueadas, inclusive a do Brasil. Sanções internacionais contra Ruanda devem ser aplicadas.

## Maior faturamento

Restaurantes e bares pesquisados pela Abrasel-RJ, de 13 a 21 de janeiro, esperam um crescimento de 20% durante o Carnaval.

## Frase da semana

“Maior que a vergonha de não haver vencido, é a vergonha de não ter lutado.” – Rui Barbosa

## Déficit exigido pelo mercado foi quase zero

## Lula: ‘0,1% do PIB é zero’

O Governo Central - Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - encerrou 2024 com déficit primário de R\$ 11,032 bilhões (0,09% do PIB) considerando apenas os gastos dentro do arcabouço fiscal. O valor está dentro da margem de tolerância de R\$ 28,75 bilhões estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. Esse resultado exclui cerca de R\$ 31,8 bilhões em créditos extraordinários, a maioria para a reconstrução do Rio Grande do Sul, e R\$ 143 milhões relativos a renúncias fiscais. O número foi divulgado na tarde desta quinta-feira pelo Tesouro Nacional.

“Estabilidade fiscal é uma questão muito importante para esse governo e para mim”, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), nesta quinta-feira. De acordo com Lula, o índice reafirma o compromisso do governo com a saúde e o controle das contas públicas. “0,1% do PIB é zero. E vai ser assim. Tenho muita responsabilidade”, frisou.

Considerando as enchentes no Rio Grande do Sul e pelo crescimento de gastos

obrigatórios, como Previdência Social e Benefício de Prestação Continuada (BPC), o déficit chega a R\$ 43 bilhões (0,36% do Produto Interno Bruto).

O valor representa queda real (descontada a inflação) de 81,7% em relação a 2023, quando o déficit primário tinha ficado em R\$ 228,49 bilhões, puxado pelo pagamento de precatórios atrasados. O resultado veio melhor que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 55,4 bilhões no ano passado.

Apenas em dezembro, houve superávit primário de R\$ 24,02 bilhões, acima da previsão do Prisma Fiscal, que estimava resultado positivo de R\$ 17,76 bilhões. Em dezembro de 2023, o resultado tinha ficado negativo em R\$ 116,03 bilhões, por causa do pagamento de precatórios suspensos pelo governo anterior.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A

LDO de 2024 e o arcabouço fiscal estabelecem meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do PIB para cima ou para baixo, para o Governo Central. No limite inferior da meta, isso equivale a um déficit de até R\$ 28,75 bilhões.

No fim de novembro, uma edição especial do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas projetava déficit primário de R\$ 64,42 bilhões para o Governo Central, o equivalente a um resultado negativo de 0,56% do PIB. A conta, no entanto, inclui gastos fora do arcabouço fiscal, como o pagamento de precatórios e os créditos extraordinários para reconstruir o Rio Grande do Sul e combater incêndios florestais.

O déficit de 2024 poderia ter sido ainda maior não fosse o empoçamento de R\$ 12,5 bilhões. O empoçamento representa os recursos empenhados que não conseguem ser gastos pelo governo, como emendas impositivas ou gastos vinculados que não podem ser remanejados dentro do mesmo ministério.

Do lado da receita, a arrecadação recorde de 2024

impediu um déficit mais alto. A arrecadação foi ajudada pelas receitas extraordinárias da taxação dos fundos exclusivos, da reogeração dos combustíveis e do crescimento econômico, que se refletiu em pagamento de mais tributos.

Na comparação com 2023, as receitas subiram, mas as despesas caíram se descontada a inflação. No ano passado, as receitas líquidas subiram 13,9% em valores nominais. Descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a alta chega a 9%.

Se considerar apenas as receitas administradas, houve alta de 12,5% em 2024, já descontada a inflação. As receitas não administradas pela Receita Federal subiram apenas 3,6% acima da inflação em 2024. Apesar do crescimento de R\$ 20,2 bilhões na transferência de dividendos de estatais a Tesouro Nacional e de R\$ 7,2 bilhões em concessões à iniciativa privada, os royalties de petróleo cresceram apenas R\$ 923,8 milhões acima da inflação, num cenário de queda do preço do petróleo no mercado internacional.

## PIB na zona do euro estagna no 4º trimestre de 2024

O PIB da zona do euro estagnou no quarto trimestre de 2024, permanecendo inalterado em relação ao trimestre anterior, de acordo com uma estimativa rápida publicada nesta quinta-feira pelo Eurostat. Enquanto isso, a União Europeia (UE) registrou um ligeiro crescimento de 0,1%.

No terceiro trimestre de 2024, a zona do euro e a UE registraram um crescimento de 0,4% do PIB.

Em uma base anual, o PIB ajustado sazonalmente aumentou 0,9% na zona do euro e 1,1% na UE no quarto trimestre de 2024. Isso seguiu taxas de crescimento de 0,9% e 1%, respectivamente, no trimestre anterior.

Uma estimativa preliminar do crescimento anual do PIB de 2024, com base em dados trimestrais ajustados sazonalmente e pelo

calendário, mostra um aumento de 0,7% na zona do euro e 0,8% na UE.

Entre os estados-membros, Portugal registrou o maior crescimento trimestral de 1,5% no quarto trimestre de 2024, seguido pela Lituânia com 0,9% e Espanha com 0,8%.

Enquanto isso, a economia da Irlanda contraiu 1,3%, enquanto as economias alemã e francesa tiveram crescimento negativo de 0,2% e 0,1%, respectivamente, no quarto trimestre de 2024. As taxas de crescimento ano a ano foram positivas em nove países e negativas em três.

“Após o choque de energia e inflação, voltamos a crescer no início do ano passado, mas 2024 terminou de volta ao modo de estagnação”, disse Bert Colijn, economista-chefe do ING.

Os principais fatores por trás da estagnação incluem

gastos enfraquecidos do consumidor devido a tremores inflacionários, altos estoques na indústria, incerteza econômica, taxas de juros elevadas e um ambiente de exportação desafiador. “Aqui está o resumo: a fraqueza está ao nosso redor, enquanto outras grandes economias continuam a crescer”, acrescentou Colijn.

Em resposta, os formuladores de políticas estão ajustando a política monetária. O Banco Central Europeu (BCE) reduziu as taxas de juros novamente, enquanto a Comissão Europeia apresentou na quarta-feira sua Bússola de Competitividade, inspirada nas estratégias econômicas do ex-primeiro-ministro italiano e ex-presidente do BCE Mario Draghi.

Colijn prevê que a estagnação econômica persistirá no primeiro trimestre de

2025, mas espera que a demanda doméstica reacenda gradualmente o crescimento no final do ano.

## BCE baixa juros

O Banco Central Europeu (BCE) decidiu na quinta-feira cortar as principais taxas de juros em 25 pontos-base. Após o corte, as taxas de juros da facilidade de depósito, das principais operações de refinanciamento e da facilidade de empréstimo marginal cairão para 2,75%, 2,9% e 3,15%, respectivamente, a partir de 5 de fevereiro, anunciou o banco central em um comunicado.

A decisão de cortar as taxas foi baseada em uma “avaliação atualizada das perspectivas de inflação, da dinâmica subjacente da inflação e da força dos canais de transmissão da política monetária”, assinalou o BCE.

## Carla Zambelli é cassada e está inelegível por 8 anos

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) cassou o diploma de deputada federal de Carla Zambelli (PL) e também a tornou inelegível por oito anos a partir do pleito de 2022. A decisão, tomada em sessão realizada nesta quinta-feira, ocorreu por maioria de votos (5x2) dos desembargadores.

De acordo com o TRE-SP, a deputada federal cometeu uso indevido dos

meios de comunicação e a prática de abuso de poder político. A ação foi proposta pela também deputada federal Sâmia Bomfim (Psol), alegando que Zambelli divulgou informações inverídicas sobre o processo eleitoral de 2022.

Em nota, o TRE-SP afirmou que, de acordo com o voto vencedor, do desembargador Encinas Manfré, relator do processo, a parlamentar fez publicações para

provocar o descrédito do sistema eleitoral e a disseminação de fatos inverídicos.

O magistrado destacou publicações da deputada com ataques a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e ao sistema eleitoral brasileiro, a exemplo da divulgação, pela parlamentar, de uma falsa notícia de manipulação das urnas eletrônicas em Itapeva, no interior do estado.

“Não é demais se reconhecer que as condutas

da representada alcançaram repercussão e gravidade aptas a influenciar na vontade livre e consciente do eleitor e em prejuízo da isonomia da disputa eleitoral. Portanto, realidades justificadoras da cassação do diploma de deputada federal e da declaração de inelegibilidade, sanções a ela impostas por prática de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação” disse, em seu voto o desembargador.

## DECISÕES ECONÔMICAS



Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com



Deputado Rodrigo Bacellar

## Lei proíbe tratamento diferenciado em salas de espera

Já está em vigor a Lei 10.648/2024, sancionada pelo governador Cláudio Castro, que proíbe salas de espera separadas para pacientes do SUS, particulares e de planos de saúde em hospitais conveniados com o poder público. A nova legislação é de autoria do presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar (União).

“Se o hospital atende pacientes do SUS, a atenção deve ser a mesma para todas as pessoas que estão ali”, argumenta o deputado Rodrigo Bacellar.

## Procuradoria para PCD

A Alerj pretende instituir a Procuradoria Especial da Pessoa com Deficiência ou Transtorno do Espectro Autista. O objetivo é reforçar a atuação dos parlamentares fluminenses na defesa desse segmento, além de intensificar a fiscalização de violações contra essas pessoas. A procuradoria será responsável por receber e encaminhar denúncias aos órgãos competentes.



Deputado Thiago Rangel

## Isenção de pedágio

O deputado estadual Thiago Rangel (PMB) solicitou à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a isenção do pedágio ou um desconto de 50% nas praças P1 e P2 da BR-101/RJ/Norte para veículos emplacados no município de Campos dos Goytacazes, e na BR-116/RJ (Rio-Teresópolis) para veículos de Guapimirim.

## Reforço na educação

O deputado Guilherme Delaroli (PL) incluiu, no orçamento do estado para 2025, investimentos na área da educação. Por meio de emendas impositivas, o parlamentar destinou R\$ 788.255,00 para climatizar escolas públicas e garantir uma educação inclusiva nas escolas estaduais de Itaboraí.

## Reforma em escolas

Quatro escolas estaduais do município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, estão sendo reformadas graças às emendas destinadas pelo mandato do deputado Carlinhos BNH (PP). A verba total chega a R\$ 350 mil. Segundo o parlamentar, as obras de infraestrutura estão bem adiantadas.

# Recuperação Judicial: alta taxa de juros causa recorde de pedidos em 2024

O ano de 2024 foi marcado pelo alto índice de pedidos de recuperação judicial, que resultou num recorde de solicitações desde 2005. Os dados são do Indicador de Falência e Recuperação Judicial da Serasa Experian, que apontam 2.273 pedidos da medida no ano passado - um aumento de 61,8% em relação a 2023.

Mas o que levou esse recorde de pedidos de recuperação judicial? Para o especialista em reestruturação, gestão de crise e melhoria de performance e estratégia André Rocha, 2024 teve um aumento significativo que continuará em 2025 por conta de vários fatores. “No início do ano passado havia expectativa da Selic cair no segundo semestre abaixo dos dois dígitos, para algo em torno de 9%. Além de não cair, ainda aumentou, terminou em 12,25% com expectativa de aumento esse ano, o que pode impactar em mais pedidos”, analisa o especialista.

Para André Rocha, o mercado ainda sente os impactos deixados pela pandemia. “É a ressaca pós-pandêmica, ao contrário da expectativa, de 2020 a 2022 não tivemos aumento significativo nos pedidos de recuperação judicial porque os bancos estavam dispostos a fechar acordos, flexibilizar. Sem contar os auxílios emergenciais do Governo”, destaca ele.

Porém, a partir de 2023 os pedidos sofreram grande

alta, com os bancos executando as dívidas e a retirada da ajuda do governo, somados ao aumento da taxa de juros e aumento dos custos de produção.

### Pedidos no Agronegócio

Segundo dados da Serasa Experian, 426 produtores rurais atuantes como pessoa física solicitaram a medida nos primeiros nove meses de 2024, mais de cinco vezes o total registrado no mesmo período de 2023. Já os que atuam como pessoa jurídica, também no agronegócio, quase triplicaram: saltaram de 102 em 2023 para 299 em 2024.

“Com a ruptura nas cadeias produtivas durante a pandemia, os preços dos insumos agrícolas aumentaram muito e esse é outro fator, além do preço das commodities que também despencaram, o que levou a uma tempestade perfeita com queda de preços e faturamento, aumento de custos e, além disso, também teve o aumento do custo da dívida, que são os juros”, explica André Rocha, que também é autor do livro “O Combate à Fraude na Recuperação Judicial”, publicado pela editora Thomson Reuters.

Para esse ano de 2025, o especialista vê uma tendência de queda no percentual de pedidos em relação ao total ajuizado em 2024, nos pedidos de recuperação judicial no setor do Agro. “Embora a taxa de juros

ainda vai permanecer em alta, o preço das commodities está sinalizando também uma alta, de um modo geral e irá seguir firme, o que vai ajudar o setor. Vejo uma tendência de queda, não acentuada, mas menos pedidos na relação ao total, eu acredito que sim.”

### Outras medidas antes da recuperação judicial

Para André Rocha, a recuperação judicial deve ser encarada como a última alternativa de reestruturação, quando a crise já está em estágio bastante avançado e já não há como evitá-la. “Se o empresário agir preventivamente, mediante os primeiros sinais de desgaste, há outros meios menos traumáticos a serem adotados.”

Ainda de acordo com o especialista, a primeira alternativa a ser cogitada é o workout, em que consegue negociar com credores sem a necessidade de judicialização. “Acredito que esse ano será interessante para workouts, pois os bancos estão vendo que a taxa de juros está alta e estarão mais propensos a flexibilizar nas negociações, sob pena de levar a empresa para a RJ”, afirma ele, reforçando em especial nos créditos que não possuem garantia fiduciária com valor elevado.

As mediações também são positivas para tentar encontrar um acordo. “Se comprovar perante o juízo que foi instaurado o processo de mediação, o juiz dá

uma decisão onde suspende as ações de execuções por 60 dias.”

A penúltima alternativa é a recuperação extrajudicial. “É um procedimento mais rápido, mais barato e com menor dano reputacional ao devedor. E só no último caso, sim, o pedido de recuperação judicial”, finaliza André Rocha, que é sócio fundador da Triunfae, empresa especializada em turnaround e reestruturação.

### Solvência patrimonial x dívidas

No caso do produtor rural, é muito comum encontrá-los com solvência patrimonial, ou seja, tem grandes patrimônios e uma dívida menor que os bens. “No momento de alta das commodities, esse produtor rural vai comprando terras e ficam sem caixa. É comum encontrarmos produtores, por exemplo, com R\$ 400 milhões de patrimônio e sem dinheiro para pagar conta de luz”, explica André Rocha.

Ainda segundo o especialista, muitos produtores com alto patrimônio e pouca dívida, têm resistência em vender as fazendas, pois trazem a cultura de acumular patrimônio e por isso acabam optando pelo pedido de recuperação judicial, sob promessas milagrosas de assessores. “É um aspecto cultural, porque o produtor é muito resistente a vender terra, é uma cultura que vem do bisavô, de geração para geração”, finaliza ele.

# Energia solar para família de baixa renda pode aliviar conta de luz

Aliviar a conta de todos os consumidores de energia e estimular a produção de energia limpa para cerca de 17 milhões de famílias de baixa renda são os objetivos de um projeto que depende da aprovação do Senado. A ideia do Projeto de Lei 624/2023 é substituir gradativamente a atual Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) pelo programa Renda Básica Energética (Rebe), que prevê a construção de pequenas usinas solares para abastecer as casas das famílias mais pobres.

O dinheiro para a instalação de centrais de microgeração e de minigeração distribuída de energia elétrica solar viria da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Ela é paga por todos os consumidores de energia elétrica e financia políticas públicas como a Tarifa Social, que oferece descontos na fatura para famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e

que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa (o equivalente a R\$ 759). Por ano, são recolhidos cerca de R\$ 6 bilhões. Além desse recurso, também seriam usados fundos do BNDES, do Orçamento Geral da União, da Petrobras e de Itaipu. A ideia é usar esses recursos para desenvolver uma indústria nacional de usinas solares em áreas rurais, flutuantes em lâminas d'água e próximas de reservatórios de hidrelétricas, com o objetivo de gerar uma quantidade de energia suficiente para essas famílias.

A proposta prevê que, após a geração da energia, as famílias com consumo de até 220 kWh/mês teriam direito a créditos usados para pagar a conta de luz. Aprovado pela Câmara dos Deputados no ano passado, o projeto está pronto para ser votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O parecer do relator, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), é favorável. Se aprovada, a ma-

téria ainda precisa passar por votação na Comissão de Infraestrutura (CI) e no Plenário.

Segundo Petecão, a adoção de fontes de energia como a solar fotovoltaica não só diminui a dependência de fontes não renováveis, como também pode gerar uma redução de até 95% nas contas de energia elétrica dessas famílias. Atualmente, os beneficiários da Tarifa Social têm descontos de 10% a 65% no valor mensal da conta de luz.

“O projeto inova ao garantir tal acesso energético por meio da geração de energia renovável, o que reduziria a dependência de famílias em situação de vulnerabilidade social a fontes não renováveis e diminuiria seus custos com energia elétrica, aliviando, portanto, seu apertado orçamento financeiro” aponta o senador.

De acordo com uma projeção da Associação Brasileira de Energia Fotovoltaica (Absolar), as ações previstas no programa em

análise podem resultar em uma economia de até R\$ 817 milhões para a população em situação de vulnerabilidade social ao longo de 25 anos, que é a vida útil estimada da tecnologia fotovoltaica.

O texto é um substitutivo do deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), que incorporou trechos do PL 624/23, do deputado Domingos Neto (PSD-CE), e do PL 4.449/2023, do deputado Pedro Uczai (PT-SC). Segundo Uczai, as futuras contas de todos os consumidores podem ser reduzidas porque os brasileiros deixarão, em médio prazo, de pagar a Tarifa Social embutida em suas contas de energia.

“Vamos diminuir a tarifa de energia para todos os consumidores, acabando com a tarifa social; e investir R\$ 60 bilhões nos próximos 10 anos, gerando indústria e emprego no Brasil”, disse Uczai na ocasião da aprovação do projeto na Câmara.

**LIGA ECOSISTEMA EDUCACIONAL S/A**  
**CNPJ: 33.400.868/0001-38 / NIRE: 33.2.0987533-7**  
**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os senhores acionistas da LIGA ECOSISTEMA EDUCACIONAL S/A a comparecer em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária a ser realizada no dia 08 de fevereiro de 2025 às 13h (treze horas), em segunda convocação, no endereço de sua sede social, Rua Resedá, 26 – apto. 101 - Lagoa – Rio de Janeiro/RJ, com no mínimo 2/3 do número de acionistas presentes, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleição de Diretoria. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2024.

**LIGA ECOSISTEMA EDUCACIONAL LTDA**  
**Presidente – Rodolfo Faria Bertolini**

**JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL**  
**DA COMARCA DE ANGRA DOS REIS**

EDITAL DE 1º, 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO – ELETRÔNICO e PRESENCIAL, prazo: 05 dias, extraído dos autos da Ação de Cobrança de Cotas Condominiais proposta por CONDOMÍNIO FRAD.E em face de HOTELARIA AGISOL LTDA (Processo nº 0003078-61.2018.8.19.0003): A Dra. ANDREA MAURO DA GAMA LOBO D'ECA DE OLIVEIRA, Juíza de Direito, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente a HOTELARIA AGISOL LTDA, através do seu representante legal, de que no dia **14/02/2025**, às 13:00 horas, através do portal de leilões on-line do Leiloeiro Público Oficial JONAS RYMER ([www.rymerleiloes.com.br](http://www.rymerleiloes.com.br)), bem como concomitantemente no Fórum da Comarca de Angra dos Reis, situado na Avenida Reis Magos, s/n , Angra dos Reis/RJ, pelo Leiloeiro Público JONAS RYMER, matriculado na Jucerja sob o nº 079, será apregoado e vendido a quem mais der acima do valor da avaliação, e no dia **14/02/2025**, às 13:30h, no mesmo local e portal de leilões, a quem mais der a partir de 50% do valor da avaliação de **R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais)**, o **Direito e Ação sobre o Imóvel matriculado sob o nº 21.273, situado na Rua da Praia, s/n, Apartamento 202 do bloco 06 do subcondomínio "Village 2 Acqua", integrante do Condomínio Frade – Angra dos Reis/ RJ. Cf. o 1º Ofício de Justiça de Angra dos Reis - RI, o imóvel, Foreiro ao Domínio da União, encontra-se matriculado sob o nº 21.273 e registrado em nome de Frade Empreendimentos de Imóveis Próprios Ltda, constando os seguintes gravames: 1) AV.02: Patrimônio de Afetação, de acordo com termo de opção firmado pela incorporadora KPFR Participações e Empreendimentos S/A; 2) R.07: Penhora oriunda do presente feito. Conforme Contrato de Compra e Venda às fls. 96/114, consta como Promitente Vendedora da fração ideal do terreno, Frade Empreendimentos de Imóveis Próprios Ltda, como Promitente Vendedora da unidade, KPFR Participações e Empreendimentos Imobiliários S/A, e como Promissário Comprador, Hotelaria Agisol Ltda. De acordo com a Certidão de Situação Fiscal, existem débitos de IPTU nos exercícios de 2018 até 2024, no valor de R\$ 212.944,26, mais acréscimos legais (Inscrição 02.04.002.1818.001). Os débitos condominiais pendentes sobre a referida unidade equivalem, na data da expedição do edital de leilão, ao valor de R\$ 652.176,78. De acordo com informação prestada pela KPFR Empreendimentos Imobiliários S/A e por Frad.e Empreendimentos de Imóveis Próprios, o valor relativo ao saldo remanescente do Contrato de Promessa de Compra e Venda da referida unidade equivale a R\$ 3.716.445,00. Porém, consta Ação de Rescisão de Promessa de Compra e Venda c/c Reintegração de Posse proposta por KPFR Empreendimentos Imobiliários S/A e Frade Empreendimentos de Imóveis Próprios Ltda em face de Hotelaria Agisol Ltda, processo nº 0001819-31.2018.8.19.0003, tendo sido o pedido julgado improcedente, mantendo-se a sentença em 2º Grau. A venda se dará livre e desembaraçada, com a sub-rogação dos valores das dívidas, em especiais as tributárias, no preço, na forma do artigo 908, do CPC: os créditos que recaem sobre o bem, inclusive de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o preço, observada a ordem de preferência, atendendo-se ainda ao que consta no artigo 130, parágrafo único, do CTN. Os interessados em participar do leilão deverão oferecer lances presencialmente ou pela internet através do site [www.rymerleiloes.com.br](http://www.rymerleiloes.com.br), desde que estejam devidamente cadastrados no site e habilitados em até 72 horas de antecedência do presente leilão. – E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente, que será publicado e afixado no local de costume, cientes de que a arrematação, adjudicação ou remição far-se-á à vista, mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, na forma do art. 892, CPC; acrescida de 5% de comissão ao Leiloeiro, de acordo com o parágrafo único, do art. 24, Decreto nº 21.981/32; e custas de cartório de 1% até o máximo permitido. E, foi expedido este edital. Outro, na íntegra, está afixado no Átrio do Fórum e nos autos acima. RJ, 28/01/2025.**

**JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL**  
**DA COMARCA DE ANGRA DOS REIS**

EDITAL DE 1º, 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO – ELETRÔNICO e PRESENCIAL, prazo: 05 dias, extraído dos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial proposta por CONDOMÍNIO PORTÓGALO SUITE DUPLEX em face de PEDRO PAULO BASÍLIO PEREIRA DE SOUZA (Processo nº 0007096-28.2018.8.19.0003): A Dra. ANDREA MAURO DA GAMA LOBO D'ECA DE OLIVEIRA, Juíza de Direito, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente a PEDRO PAULO BASÍLIO PEREIRA DE SOUZA e a ANA CHRISTINA URBAN GONÇALVES PEREIRA DE SOUZA, de que no dia **14/02/2025**, às 13:00 horas, através do portal de leilões on-line do Leiloeiro Público Oficial JONAS RYMER ([www.rymerleiloes.com.br](http://www.rymerleiloes.com.br)), bem como concomitantemente no Fórum da Comarca de Angra dos Reis, situado na Avenida Reis Magos, s/n , Angra dos Reis/RJ, pelo Leiloeiro Público JONAS RYMER, matriculado na Jucerja sob o nº 079, será apregoado e vendido a quem mais der a partir do valor da avaliação, e no dia **14/02/2025**, às 13:30 horas, no mesmo portal e local, a quem mais der a partir de 50% do valor da avaliação de **R\$ 290.000,00, o Apartamento 12, do Condomínio Portogalo Suite Duplex, Angra dos Reis/RJ, com dimensões e área construída privativa indicadas no RGI de 62,70m². Cf. o Registro de Imóveis, o imóvel encontra-se matriculado sob o nº 113, em nome de Pedro Paulo Basílio Pereira de Souza, casado com Ana Christina Urban Gonçalves Pereira de Souza, constando os seguintes gravames: 1) AV.2: Arresto da 2ª Vara Cível da Comarca da Capital, processo nº 0103231-80.1996.8.19.0001 (1996.001.099629-7), face ação movida pelo Banco Bradesco S.A em face de Pedro Paulo Basílio Pereira de Souza; 2) AV.3: Indisponibilidade dos Bens de Pedro Paulo Basílio Pereira de Souza, Execução Fiscal nº 0058000-79.2008.5.01.0027 da 27ª Vara do Trabalho; referente à determinação do Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Queimados – processo nº 0232600-36.2009.5.01.0024 – RTOR; referente à 4ª Vara Federal de Execução Fiscal do RJ - processo nº 0504852-94.2007.4.02.5101; e referente à CNIB – Central Nacional de Indisponibilidade de Bens/RJ, referente à 35ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, processo nº 0160800-98.2007.5.03.0114; 3) AV.4: Penhora determinada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Angra dos Reis, referente ao processo nº 0010187-97.2016.8.19.0003, movido pelo Condomínio Portogalo Suite Hotel em face de Pedro Paulo Basílio Pereira de Souza; 4) R.5: Penhora oriunda do presente feito. Débitos de IPTU: R\$ 13.604,53, mais acréscimos legais (2009 até 2014 e de 2019 até 2024 - Inscrição 03.03.027.3273.012). De acordo com planilha às fls. 297, os débitos condominiais pendentes sobre a referida unidade equivalem, em fevereiro/2024, ao valor de R\$ 334.795,97. Constam débitos da referida unidade junto ao Condomínio Geral Portogalo, correspondentes, em julho/2024, ao valor de R\$ 103.285,51, processo nº 0020021-22.2019.8.19.0003. A venda se dará livre e desembaraçada, com a sub-rogação dos valores das dívidas, em especiais as tributárias, no preço, na forma do artigo 908, do CPC: os créditos que recaem sobre o bem, inclusive de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o preço, observada a ordem de referência, atendendo-se ainda ao que consta no artigo 130, parágrafo único, do CTN. Os interessados em participar do leilão deverão oferecer lances presencialmente ou pela internet através do site [www.rymerleiloes.com.br](http://www.rymerleiloes.com.br), desde que estejam devidamente cadastrados no site e habilitados em até 72 horas de antecedência do presente leilão. – E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente, que será publicado e afixado no local de costume, cientes de que a arrematação, adjudicação ou remição far-se-á à vista, mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, na forma do art. 892, CPC, ou com o pagamento inicial (e imediato) de 30% (trinta por cento) do valor lançado, com a complementação no prazo de 15 (quinze) dias; acrescida de 5% de comissão ao Leiloeiro, de acordo com o parágrafo único, do art. 24, Decreto nº 21.981/32; e custas de cartório de 1% até o máximo permitido. E, foi expedido este edital. Outro, na íntegra, está afixado no Átrio do Fórum e nos autos acima. RJ, 16/01/2025.**

# Recuperação de tributos sobre a folha de pagamento

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a recuperação de tributos sobre a folha de pagamento com Douglas Farah, co-CEO da AG Capital. Fundada em 2010, a AG Capital já recuperou R\$ 6 bilhões em valores pagos a maior referentes a tributos sobre a folha de pagamento.

**O que faz a AG Capital?**

A AG é uma empresa altamente especializada em projetos de identificação e regularização de oportunidades tributárias sobre a folha de pagamento. Esses são projetos totalmente administrativos, que são tratados dentro dos sistemas da própria Receita Federal, para regularizar pagamentos que podem ser considerados indevidos referentes aos últimos 5 anos, que é a janela legal que as empresas têm para fazer esse tipo de verificação.

**Por que a AG Capital focou na parte previdenciária?**

Dentro do âmbito de tributos das empresas, a parte previdenciária não costuma ser a esfera que realmente faz a diferença no dia a dia no que tange a resultados. Por exemplo, os tributos sobre a receita chamam mais a atenção dentro das empresas e do mercado de consultorias como um todo.

Quando se trata de previdência, esse tema é mais difícil e costuma ser uma bola dividida dentro das empresas, envolvendo, ao mesmo tempo, o departamento de pessoal, o fiscal e, em algumas empresas maiores, o BPO (Business Process Outsourcing). A tributação sobre a folha é um assunto que pode permear até mesmo mais setores, sem que ela realmente tenha um dono. Isso faz com que as empresas coloquem a tributação sobre a folha como uma prioridade secundária.

A nossa estratégia foi entrar nesse oceano azul para conseguirmos conversar com as empresas com mais facilidade e agregarmos valor com mais rapidez.

**Quais são as empresas que mais erram? As micros, pequenas, médias ou grandes?**

A origem das divergências é muito parecida, pois quando uma empresa tem algum pagamento de tributo sobre a folha, ela está exposta à mesma legislação. O que faz uma empresa ter mais ou menos oportunidades é o seu tamanho, pois quanto maior a folha de pagamento, maior o potencial de ativos a serem recuperados, e a complexidade da sua operação, como uma empresa que tem produção, comercialização e transporte, divididos em diferentes unidades e com gestão de folha de pagamento descentralizada.

**Quais são os principais erros cometidos pelas empresas?**

As empresas têm muitas dificuldades para compor, de forma correta, a base de cálculo de contribuição previdenciária. Isso porque dentro de uma folha, você tem milhares de tipos de pagamentos cadastrados, sendo que cada uma dessas rubricas terá a sua tributação definida pela legislação, que é mutável e, às vezes, difícil de interpretar. Esse é um volume de dados muito difícil de serem tratados pelos setores internos com um alto nível de compliance. A AG consegue identificar essas pequenas divergências, que somadas, fazem a diferença. Não é só aplicar 20% sobre os salários das pessoas, como muitas empresas pensam.

**O governo joga com a ignorância das empresas?**

Eu não consigo ver essa situação como algo proposital, e sim como uma consequência do nosso sistema tributário como um todo, que tem muitos entes envolvidos. Por exemplo, a Receita tem o Carf (Conselho de Administração de Recursos Fiscais) e as soluções de consulta, e a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) opina sobre alguns assuntos, mas fora isso existe a legislação e as decisões de tribunais superiores.

Nesse cenário tão complexo, como a Receita cumpre o seu papel fiscalizatório e arrecadatório, é natural que o contribuinte se sinta atacado pelo órgão fiscalizador, mas a origem dessa sensação e desse problema é anterior e mais profunda. Ela está relacionada à quantidade de entes independentes que opinam sobre o mesmo assunto e que tem, muitas vezes, opiniões divergentes, difíceis de serem interpretadas e que mudam a todo momento. Vale a pena olharmos para essa situação com uma perspectiva mais ampla, de sistema mesmo, já que ele incentiva os órgãos a funcionarem dessa maneira.

**Uma vez identificado um valor pago a maior, é complicado recuperá-lo?**

Esse procedimento já foi mais complicado. Esse é um ponto positivo para a Receita Federal. A maioria dos serviços, que as pessoas jurídicas precisam realizar, são feitos através do e-CAC (Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte). Hoje, é muito difícil que seja preciso mandar um representante a uma delegacia da Receita Federal, o que facilita o trabalho de recuperação de valores. Por exemplo, a compensação é um método desenhado pela Receita para acelerar esse tipo de operação. Por conta dessa digitalização, esse procedimento, basicamente, é um autosserviço.

Se você tem a tecnologia de integração com sistemas da Receita e o conhecimento técnico para seguir ipsis litteris o regramento, uma recuperação pode acontecer



Douglas Farah

em poucas semanas. Essa é uma das grandes vantagens de lidar no ramo administrativo ao invés do judicial, que tem um ritmo bastante diferente.

**Se o procedimento administrativo não dá certo, a AG parte para a via judicial?**

Essa é uma situação bastante hipotética, porque, na via administrativa, os valores que são considerados pagamentos a maior são justamente aqueles que estão regradados por legislação, decisões vinculativas da justiça ou orientações infralégais da própria Receita Federal, o que faz com que as empresas tenham direito de fazer lançamentos de compensação relacionados a temas que já estão consolidados. A Receita Federal tem a prerrogativa de questionar os lançamentos, e isso acontece muitas vezes, mas isso se mantém dentro do âmbito de temas já consolidados, o que faz com que o procedimento prossiga para homologação.

Dessa forma, a AG Capital não tem histórico de temas compensados que precisaram ser judicializados posteriormente.

**O que levou a AG Capital a criar a AG Tax em 2022?**

Em 2022, a AG Capital já tinha 12 anos de existência e um portfólio de clientes consolidados, mas que demandavam mais serviços. Como a AG faz projetos rápidos, eficientes e práticos, nós entrávamos nos clientes, entregávamos valor e saíamos muito rápido, o que criava uma relação de confiança muito alta, mas que nos fazia retornar o contato depois de um ano para revisar o que havia mudado na legislação nos últimos 12 meses. Isso fazia com que a nossa recorrência de serviços fosse baixa.

Assim, nós criamos novas linhas de atendimento para prestarmos serviços de valor à nossa base de clientes. Na sequência, essas linhas de negócio ganharam vida própria, tanto que muitos negócios da AG Tax e da Agnes não se originam mais da base da AG.

**Como a AG avalia a existência de dois sistemas**

**tributários a partir de 2026 até 2033?**

Esse período de transição é mais adequado do que fazer uma virada de sistema de um dia para o outro, mas será um desafio passar por ele. As empresas já têm muitos custos operacionais para lidar com o atual sistema tributário, e em cima desses custos, elas vão ter que fazer investimentos em pessoal, treinamento e, principalmente, tecnologia. Esses investimentos precisam ser feitos o quanto antes para garantir que o sistema paralelo não signifique um aumento de custos proporcional que pode inviabilizar a operação de algumas empresas.

Vale a pena aproveitar esse momento para verificar o que pode haver de ativos nos últimos cinco anos para financiar esse momento de transição. Inclusive, no âmbito dos tributos que vão deixar de existir, existe a necessidade mais latente de identificar os ativos do passado, pois, em algum momento, eles vão deixar de ser alcançáveis. Isso porque se uma empresa não utilizar, até o fim do período de transição, os créditos relacionados aos tributos que vão deixar de existir, eles vão se perder.

**Considerando a conversa que tivemos, você gostaria de acrescentar algum ponto à sua entrevista?**

Como a Receita Federal tem investido, há mais de 10 anos, na digitalização dos tributos, isso lhe dá um poder de visualização muito maior do que está acontecendo nas empresas e a capacidade de fiscalizar itens que antes eram mais difíceis. Assim, como um terceiro elemento da nossa suite de soluções, a Agnes utiliza toda a tecnologia de comunicação e integração com sistemas do governo, construída pela AG e pela AG Tax, para que as empresas tenham uma visualização, em tempo real, do que está acontecendo em termos tributários e um controle de risco de fiscalizações, multas e perda de certidões que podem acontecer nos próximos anos em função do aumento de visibilidade dos órgãos fiscalizadores.

# Houve crescimento de 49% na emissão de valores mobiliários no ano passado

## Total recolhido foi de R\$ 966,8 bilhões

O total emitido de valores mobiliários ao longo do último ano foi de R\$ 966,8 bilhões, contra R\$ 648,4 bilhões de 2023. O total de emissões foi 49% superior ao ano anterior. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) diz que o total emitido reforça o papel do mercado de capitais como fonte de financiamento da atividade econômica. “É o maior volume de emissões da história”, destaca a CVM.

Ao analisar os ativos que impulsionaram esses números, é possível destacar o mercado de renda fixa e securitização, com R\$ 776,2 bilhões contra R\$ 457,3 bilhões no ano anterior, um crescimento de aproximadamente 70%. Os dados estão no Boletim Econômico da CVM, referente ao 4º trimestre/2024, que consolida os

números do último ano. O relatório é produzido pela Assessoria de Análise Econômica, Gestão de Riscos e Integridade (ASA) da Autarquia.

Número de regulados alcançou a marca de 89 mil participantes. Foi registrado aumento de 3,7% no número de participantes regulados pela CVM em relação a 2023, totalizando 89,77 mil participantes.

A CVM acredita que a adaptação à Resolução CVM 175 também está refletida nos dados do Boletim. A indústria de fundos de investimento alcançou a marca de 31,95 mil fundos, número superior ao fechamento de 2023, e impactada pela progressiva adaptação da indústria à nova regra, que permite o uso da estrutura de classes e subclasses de cotas.

A Resolução CVM 175 dispõe sobre a constituição,

o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos, e revoga as normas que especifica.

### Mercado regulado

O Boletim ainda estima o valor total do mercado regulado em R\$ 40,32 trilhões e, quando excluído o valor nacional dos produtos derivativos, em R\$ 15,43 trilhões. Vale destacar o crescimento da indústria de Fundos de Investimento Estruturados no período, que alcançou a marca de R\$ 2,08 trilhões, crescimento de 36% em relação ao período anterior.

No mercado secundário, a média diária de volume financeiro negociado no mercado de Fundo de Investimento Imobiliário (FII) e debêntures cresceu 30% e 26%, respectivamente,

em comparação ao ano de 2023.

### Crowdfunding em alta

Outro destaque de 2024 foi o crescimento das ofertas via plataformas eletrônicas de investimento participativo (crowdfunding), regidas pela Resolução CVM 88. A indústria alcançou a marca de R\$ 1,5 bilhão em emissões no ano, valor 80% maior que o somatório dos cinco anos anteriores.

### Sobre o boletim

O Boletim Econômico é divulgado trimestralmente pela Assessoria de Análise Econômica, Gestão de Riscos e Integridade (ASA) e substituiu os antigos Boletins de Risco e de Mercado, que foram divulgados mensalmente até a data-base de março de 2021.

# Fundos têm captação líquida negativa de R\$ 11,1 bilhões

Os fundos de investimento tiveram captação líquida negativa de R\$ 11,1 bilhões na semana de 20 a 24 de janeiro, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). No mês, a indústria acumula entradas líquidas positivas de R\$ 29,7 bilhões.

De acordo com a associação, o resultado foi puxado pela captação líquida negativa dos multimercados, de R\$ 6,3 bilhões no período, e dos fundos de ações, de R\$ 2,5 bilhões. Também tiveram resgates superiores aos aportes as categorias de previdência (captação líquida negativa de R\$ 468,6 milhões) e de renda fixa (R\$ 47,6 milhões). No caso dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), as saídas líquidas somaram R\$ 3,5 bilhões, mas o movimento foi puxado pelo resgate de R\$ 3,6 bilhões em um único fundo.

Os FIDCs são denominados também como Fundos

de Recebíveis, destina-se exclusivamente a investidores qualificados e pode ser constituído sob a forma de condomínio aberto (com resgate de cotas) ou fechado (sem resgate de cotas). É um fundo de investimento de que faz aplicações em títulos de crédito criados a partir de contas a receber de uma determinada entidade.

Também na semana de 20 a 24 de janeiro, a captação líquida dos Exchange Traded Fund (ETFs), também chamados fundos de índice, foi positiva em R\$ 1,1 bilhão, resultado que foi impactado pelo aporte de R\$ 784 milhões em um único fundo. Os ETFs são fundos de investimento constituídos com o objetivo de investir em uma carteira de ações que busca replicar a carteira e a rentabilidade de um determinado índice de referência (índice subjacente), como o Ibovespa, ou qualquer índice de ações ou de renda fixa reconhecido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

# Resgates e sorteios totalizam mais de R\$ 24 bilhões

Números computados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e analisados pela Federação Nacional de Capitalização (FenaCap), indicam que, de janeiro a novembro, foram pagos à sociedade R\$ 24,11 bilhões, em resgates e sorteios. O valor representa uma evolução de 7,4%, se comparada ao mesmo período de 2023.

Para o presidente da FenaCap, Denis Moraes, o desempenho robusto demonstra o vigor do setor, que se manteve fortalecido ao longo do ano. “É muito satisfatório anunciar mais um balanço positivo da Capitalização, que continua demonstrando sua solidez e sua importância para a economia brasileira”, destacou Moraes.

Segundo ele, esse crescimento é reflexo do bom desempenho das empresas do setor e também um indicador do impacto positivo que os títulos geram na sociedade e nas finanças dos brasileiros. Temos um

produto seguro e acessível para quem busca organizar seus recursos, com a possibilidade de concorrer a prêmios.

O levantamento aponta ainda que o segmento arrecadou 6,2% a mais nos primeiros onze meses de 2024, em relação ao ano anterior, somando R\$ 29,07 bilhões.

Os dados também mostram que pessoas físicas e jurídicas estão mais interessadas nos Títulos de Capitalização, que trazem produtos versáteis, estimulam a disciplina financeira e ainda permitem aos clientes concorrerem a prêmios. No caso da modalidade Tradicional, foram registrados R\$ 21,1 bilhões em arrecadação, em onze meses. Já a modalidade conhecida como Filantropia Premiável alcançou R\$ 3,75 bilhões.

“A confiança da população nesses produtos permitiu o repasse de R\$ 1,84 bilhão a entidades filantrópicas no período, uma alta de 25,7%, em relação a 2023. Esses recursos ajudam a manter cerca de 60

instituições filantrópicas e de assistência social em todo o país, beneficiando milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade social, que podem receber atendimento em áreas prioritárias, como saúde e educação”, destaca a FenaCap.

O Instrumento de Garantia é outra modalidade que se destacou até novembro de 2024, com resultado de R\$ 3,02 bilhões. Segundo a FenaCap, muitos clientes que escolhem essa opção estão em busca de uma alternativa à figura do fiador ao negociar o aluguel de um imóvel. A solução é prática e segura para inquilinos e proprietários. Nesta modalidade, os títulos também podem ser usados em licitações de obras públicas.

Outro número relevante diz respeito à modalidade de Incentivo, que somou R\$ 203 milhões em sorteios no período, um crescimento de 23,8%, comparado ao ano anterior. Em novembro, promoções relacionadas à Black Friday costumam aquecer esse produto de

Capitalização, por ser uma solução consolidada e de confiança para marcas que desejam fidelizar clientes.

Em relação às reservas técnicas, que medem a robustez financeira do setor, o segmento também manteve a alta e, no segundo semestre de 2024, ultrapassou os R\$ 40,4 bilhões.

### Sobre a FenaCap

A Federação Nacional de Capitalização (FenaCap) é uma associação civil sem fins lucrativos que representa todas as empresas de Capitalização em território nacional, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País. A instituição trabalha em prol da difusão do conhecimento sobre os benefícios socioeconômicos dos Títulos de Capitalização, estimulando a transparência nas relações de consumo e impulsionando o desenvolvimento de produtos e soluções de negócios, que atendam a demandas de mercado, de maneira ética e sustentável.

**INDÚSTRIAS GRANFINO S/A**  
CNPJ: 30.770.184/0001-30  
**AUDITORIA AMBIENTAL**

A INDÚSTRIAS GRANFINO S/A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 14/01/2025, Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento do ano base de 2024 referente a fabricação de farinhas, fubás, e rações e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Oscar Soares, 1.525 - Califórnia no município de Nova Iguaçu, no período de 30/01/2025 a 28/02/2025, no horário das 08h às 12h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico [www.inea.rj.gov.br/biblioteca](http://www.inea.rj.gov.br/biblioteca). (Processo E-07/201274/2003).

**LIGA ECOSISTEMA EDUCACIONAL S/A**  
CNPJ: 33.400.868/0001-38 / NIRE: 33.2.0987533-7  
**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os senhores acionistas da LIGA ECOSISTEMA EDUCACIONAL S/A a comparecer em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária a ser realizada no dia 08 de fevereiro de 2025 às 11h (onze horas), em primeira convocação, no endereço de sua sede social, Rua Resedá, 26 – apto. 101 - Lagoa – Rio de Janeiro/RJ, com no mínimo 2/3 do número de acionistas presentes, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleição de Diretoria. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2024.

**LIGA ECOSISTEMA EDUCACIONAL LTDA**  
Presidente – Rodolfo Faria Bertolini

**AMCRJ – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**  
CNPJ Nº 21.684.101/0001-07  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DE SÓCIOS DA AMCRJ – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**

Ficam os Srs. Sócios da sociedade **AMCRJ – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA** convocados para se reunirem em Reunião de Sócios, a ser realizada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Jorge Curi, nº 550, bloco A, sala 236, Barra da Tijuca, CEP: 22775-001, no dia 10 de fevereiro de 2025, em primeira chamada às 16h, cuja instalação está sujeita à presença dos titulares de ¼ do capital social da Sociedade, e em segunda chamada às 16h30, com a presença de qualquer número de sócios, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) promover a reformulação do contrato social da Sociedade com a adoção de regras de opção de compra de quotas, definição de procedimento para exclusão de sócios e outros ajustes gerais, para modernização das regras de governança da Sociedade. Encontra-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade uma sugestão de redação de alteração do contrato social para análise e discussão na assembleia. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2025

**Rafael Dias de Almeida; Guilherme Iso de Agostini Cohen; Carlos Eduardo Lopes Nunes; Carlos Augusto Rabello de Mattos; Alexandre Luiz Britto de Carvalho**

**ORIGEM ENERGIA S.A.**  
CNPJ/MF nº 32.021.201/0001-61 - NIRE 33300338926  
**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de janeiro de 2025. 1. Data, Hora e Local:** Realizada em 08 de janeiro de 2025, às 12h00min, na sede social da Origem Energia S.A. (“Companhia”) na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Lauro Müller, nº 116, sala 4402, Botafogo, CEP 22290-160. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidência pelo Sr. Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan e secretariado pelo Sr. Luiz Felipe Coutinho Martins Filho. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, deliberaram: **4.1.** Reeleger para um mandato de 2 (dois) anos a contar da presente data (i) o Sr. Luiz Felipe Coutinho Martins Filho, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 002.093.699 (SSP/RN), inscrito no CPF/MF sob o nº 010.596.814-55, para ocupar o cargo de Diretor Executivo da Companhia; (ii) a Sra. Luna Maria Teixeira Viana, brasileira, solteira, engenheira de petróleo, portadora da cédula de identidade RG nº 3.556.321-4 (SSP/SE), inscrita no CPF/MF sob o nº 122.263.987-40, para ocupar o cargo de Diretora Operacional da Companhia; e (iii) o Sr. Nathan Allan Biddle, americano, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RNE nº 135.938.848 (SE/DPMAF/DPF), inscrito no CPF/MF sob o nº 060.646.497-20, para ocupar o cargo de Diretor Técnico da Companhia, todos com domicílio comercial na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Lauro Müller, nº 116, sala 4402, Botafogo, CEP 22290-160. **4.2.** Os Diretores reeleitos tomam posse em seus respectivos cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, lavrados no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria, o qual será arquivado na sede da Companhia. **4.3.** Encontram-se arquivadas na sede da Companhia as declarações prestadas pelos Diretores ora eleitos de que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, em razão de condenação criminal cuja pena impeça, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou contra a propriedade. **4.4.** Autorizar os diretores da Companhia a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes para implementar as deliberações tomadas no item 4.1 acima, ratificando, inclusive, todos os atos já praticados nesse sentido até a presente data. **5. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, a reunião do Conselho de Administração foi encerrada, sendo elaborada a presente ata, que foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2025. **Autenticação da Mesa:** Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan - Presidente; Luiz Felipe Coutinho Martins Filho - Secretário. JUCERJA nº 6773117 em 27/01/2025.

Assine o jornal Monitor Mercantil  
(21) 3849-6444